PGE
RS
PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO

Lei Anticorrupção

Lei 12.846/2013

2. edição

bibliografia selecionada

ESAE PGE-RS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

PIDAP - BIBLIOTECA
nov./dez. 2023

PGE RS
PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO

Lei Anticorrupção

Lei 12.846/2013

2. edição

bibliografia selecionada

Publicação da Biblioteca
Procuradoria de Informação, Documentação
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP

ESAE PGE-RS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

Bib Sel	Porto Alegre	n. 36	20 p.	nov./dez. 2023

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

EDUARDO LEITE
Governador do Estado

GABRIEL SOUZA
Vice-Governador do Estado

Procuradoria-Geral do Estado

EDUARDO CUNHA DA COSTA
Procurador-Geral do Estado

Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Profissional
Escola Superior de Advocacia de Estado Professor Almiro do Couto e Silva

ERNESTO JOSÉ TONIOLO
Coordenador/Diretor

Biblioteca

LARISSA TERESA MOTTIN KOCHANOWSKI
LUCIANA KRAMER PEREIRA MÜLLER
MARIA CARLA FERREIRA GARCIA
MATILDA SCHÜTZ MINUZZO
Analista Bibliotecária Jurídica

Bibliografia Selecionada / Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. –
N. 1 (2020)- . - Porto Alegre : PIDAP/BIBLIOTECA, 2020-

Mensal (2020-2022). Bimestral (2023-).

Catalogação na publicação: Biblioteca da PIDAP/PGE-RS

Procuradoria-Geral do Estado do RS
PIDAP/BIBLIOTECA
Av. Borges de Medeiros, 1555 – 16. Andar
90110-901 Porto Alegre/RS
Fone: (51) 32881656
E-mail: biblioteca@pge.rs.gov.br
Site: https://ead.pge.rs.gov.br/course/view.php?id=705

Lei Anticorrupção - Lei n° 12.846/2013 - 2. ed.: bibliografia selecionada

NOVEMBRO/DEZEMBRO 2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....4
LIVROS 5
CAPÍTULOS DE LIVROS 7
ARTIGOS.....9
DISSERTAÇÕES/TESES 19

APRESENTAÇÃO

Bibliografia Selecionada é uma publicação bimestral da Biblioteca da PGE-RS que tem por objetivo disponibilizar a Procuradores do Estado, Servidores e Estagiários, uma fonte de informações doutrinárias que contemplem assuntos selecionados que interessem às atividades-fim da Procuradoria e que contribuam para a pesquisa, a atualização e a qualificação profissional.

A consulta para a seleção dos materiais doutrinários é realizada em diversas bibliotecas, periódicos, livros eletrônicos e bases jurídicas.

A publicação não possui a pretensão de apresentar um material exaustivo. A curadoria dos conteúdos abordados é uma compilação de artigos e livros que abordam um panorama geral do assunto nas diversas áreas do Direito.

As ideias e opiniões expostas são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem necessariamente a opinião da PGE-RS.

Sugestões de temas para os próximos números e solicitações de acesso ao conteúdo integral das referências podem ser enviadas para o e-mail da Biblioteca: biblioteca@pge.rs.gov.br.

Equipe da Biblioteca da PGE-RS

LIVROS

ALMEIDA, Luiz Eduardo de *et al***. Due Diligence e Compliance nos negócios com terceiros.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. *E-book.*

BITTENCOURT, Sidney. **Comentários à Lei Anticorrupção**: Lei 12.846/2013. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2015. ProView. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-85-203-6298-3.

CARVALHOSA, Modesto. **Considerações sobre a Lei anticorrupção das pessoas jurídicas**: Lei 12.846/2013. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2015. ProView. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-85-203-5893-1.

CARVALHOSA, Modesto. **Da cleptocracia para a democracia em 2019.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. *E-book.*

CARVALHOSA, Modesto; KUYVEN, Fernando. **Compliance no Direito Empresarial:** v. 4. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. *E-book.*

COSTÓDIO FILHO, Ubirajara; BERTONCINI, Mateus; SANTOS, José Anacleto Abduch. **Comentários à Lei 12.846/2013**: Lei anticorrupção. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2015. ProView. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-85-203-6363-5.

DAL POZZO, Augusto Neves; MARTINS, Ricardo Marcondes. **Compliance no Direito Administrativo:** v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. *E-book.*

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MARRARA, Thiago (coord.). **Lei anticorrupção comentada.** 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 381 p. ISBN 9786555180640.

FRANCESCHINI, José Inácio; BAGNOLI, Vicente. **Tratado de Direito Empresarial.** v. 7. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. *E-book.*

IPP, Gilson; CASTILHO, Manoel L. Volkmer de. **Comentários sobre a Lei Anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2016. *E-book*. ISBN 9788502630987.

HEINEN, Juliano. **Comentários à lei anticorrupção:** Lei n° 12.846/2013. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 322 p. ISBN 9788545000877.

LIMA, Ana Paula M. Canto de; HISSA, Carmina Bezerra; SALDANHA, Paloma Mendes (Coord.). **Direito digital:** debates contemporâneos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. *E-book.*

MARINELA, Fernanda; RAMALHO, Tatiany; Fernando. **Lei anticorrupção**: lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013. São Paulo: Saraiva, 2015. *E-book.* ISBN 9788502623026.

MOHALLEM, Michael Freitas et al. **Novas medidas contra a corrupção.** Rio de Janeiro: FGV, 2018. 624 p. ISBN 9788595970205.

NOHARA, Irene Patrícia; PEREIRA, Flávio de Leão Bastos. **Governança, Compliance e Cidadania.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. *E-book.*

PARENTE, Norma Jonssen. **Tratado de Direito Empresarial.** v. 6. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. *E-book.*

PAULA, Marco Aurélio Borges de; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coords.). **Compliance, gestão de riscos e combate à corrupção:** integridade para o desenvolvimento. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 452 p. ISBN 9788545004738. E-book plataforma bidforum.

PEREIRA, Ana Flávia Azevedo; CARVALHO, André Castro; GIRON, Vinicius de Freitas. **Cultura Organizacional em Compliance.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. *E-book.*

PESTANA, Marcio. **Lei Anticorrupção**: Exame Sistematizado da Lei n. 12.846/2013. Santana de Paraíba: Manole, 2016. *E-book*. ISBN 9788520450567.

PIMENTA, Raquel de M. **A construção dos acordos de leniência da lei anticorrupção**. São Paulo: Blucher, 2020. *E-book*. ISBN 9786555500288.

ROCHA, Lilian Rose Lemos et al. (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito:** Lei Anticorrupção. 2. ed.. Brasília: UniCEUB:ICPD, 2019. 238 p. ISBN 9788572670012. Acesso on-line.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Responsabilidade penal da pessoa jurídica.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. *E-book.*

SANTOS, Franklin Brasil; SOUZA, Kleberson Roberto de. **Como combater a corrupção em licitações:** detecção e prevenção de fraudes. 3. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 288 p. ISBN 9786555180411.

SILVEIRA, Renato de Mello J. **Compliance, direito penal e lei anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2015. *E-book*. ISBN 9788502622098.

SIMÃO, Valdir M.; PONTES, Marcelo. **O acordo de leniência na lei anticorrupção**: histórico, desafios e perspectivas. São Paulo: Trevisan, 2017. E-book. ISBN 9788595450011.

SOUZA, Luciano Anderson de. **Crimes contra a administração pública.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. *E-book.*

VERÍSSIMO, Carla. **Compliance**: incentivo à adoção de medidas anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2017. *E-book*. ISBN 9788547224011.

ZIMMER JÚNIOR, Aloísio. **Cenário de risco e a responsabilização dos agentes públicos municipais.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. *E-book.*

ZIMMER, Aloísio. **Lei anticorrupção**: Lei 12.846/2013. Coordenação: Irene Patrícia Nohara, Fabrício Motta, Marco Praxedes. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. ProView. Livro eletrônico sem paginação. (Coleção soluções de direito administrativo. Leis comentadas. Série I - administração pública ; v. 9). ISBN 978-85-5321-900-1.

ZIMMER, Aloísio. **Lei anticorrupção:** Lei 12.846/2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. (Coleção Soluções de Direito Administrativo: Leis Comentadas Série I – Administração Pública, 9) *E-book.*

CAPÍTULOS DE LIVROS

BERTOCCELLI, Rodrigo de Pinho. Canais de denúncia e sua eficácia. In: LAMACHIA, Claudio; PETRARCA, Carolina (Org.). **Compliance:** essência e efetividade. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2018. p. 181-188. ISBN 9788579661037.

BRAGA, Carlos Eduardo Teixeira. Licitação e advocacia pública na lei anticorrupção. In: ROSSATO, Luciano Alves (Coord.). **Temas atuais da advocacia pública.** Salvador: JusPODIVM, 2015. p. 39-50. ISBN 9788544201381.

BRANDÃO, Ana Regina Marques. Análise da responsabilidade das pessoas jurídicas na Lei 12.846/2013 sob a perspectiva da defesa empresarial. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos; MELO, Larissa; PINTO, Gabriel R. Rozendo (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito:** Lei Anticorrupção. Brasília: UniCEUB:ICPD, 2018. p. 23-34. ISBN 9788561990855.

CABRAL, Maria Eliza Leal. Lei anticorrupção brasileira: uma análise sobre a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica. In: **SEMINARIO INTERNACIONAL TUTELAS A EFETIVACAO DE DIREITOS INDISPONIVEIS,** 2, 2018, Porto Alegre. Coletânea. Porto Alegre: FMP, 2018. p. 601-623. ISBN 9788569568124.

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara. Responsabilidade civil e lei anticorrupção: uma crítica sistêmica da Lei n. 12.846/13 em seus efeitos civis. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção**: desafios em torno da lei n° 12.846/2013. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 44-58. ISBN 9788582960264.

CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. Direito anticorrupção em rede e cooperação jurídica internacional. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção**: desafios em torno da lei n° 12.846/2013. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 134-144. ISBN 9788582960264.

COUTINHO, Leandro de Matos. Compliance anticorrupção como elemento de defesa do Estado democrático de direito. In: LAMACHIA, Claudio; PETRARCA, Carolina (Org.). **Compliance:** essência e efetividade. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2018. p. 135-142. ISBN 9788579661037.

CURADO JÚNIOR, Luiz Augusto. Acordos de leniência e de colaboração premiada: um estudo sobre as semelhanças entre os institutos e a importância da atuação conjunta destes para o combate à corrupção. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos; MELO, Larissa; PINTO, Gabriel R. Rozendo (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito:** Lei Anticorrupção. Brasília: UniCEUB:ICPD, 2018. p. 57-85. ISBN 9788561990855.

ESTRADA, Victor Lima Duque. As relações entre compliance e o programa PROFIP. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos; MELO, Larissa; PINTO, Gabriel R. Rozendo (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito:** Lei Anticorrupção. Brasília: UniCEUB:ICPD, 2018. p. 35-56. ISBN 9788561990855.

FRAZÃO, Ana. Corrupção e compliance: um exame da questão à luz das relações entre direito, ética e moral. In: LAMACHIA, Claudio; PETRARCA, Carolina (Org.). **Compliance:** essência e efetividade. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2018. p. 195-202. ISBN 9788579661037.

GUERRA, Fernanda Alves Gomes. O princípio da livre concorrência nas licitações públicas no âmbito da lei anticorrupção. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos et al. (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito**: Lei Anticorrupção. [2. ed.]. Brasília: UniCEUB:ICPD, 2019. p. 155-167. ISBN 9788572670012.

LOPES, Dayana Carlos de Almeida. O estudo e análise da nova lei anticorrupção. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos et al. (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito**: Lei Anticorrupção. [2. ed.]. Brasília: UniCEUB:ICPD, 2019. p. 04-15. ISBN 9788572670012.

MARQUES, Eric de Souza Santos. Eficiência normativa: uma análise crítica da lei anticorrupção. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos et al. (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito**: Lei Anticorrupção. [2. ed.]. Brasília: UniCEUB:ICPD, 2019. p. 118-154. ISBN 9788572670012.

MARTINS, Humberto. A Lei n° 12.846/2013 (lei anticorrupção) e a aplicação de suas sanções administrativas: anotação sobre as métricas, a dosimetria, a constitucionalização e os direitos humanos. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção**: desafios em torno da lei n° 12.846/2013. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 103-114. ISBN 9788582960264.

MELLO, Adriana Mandim Theodoro de. **Competência funcional e legitimidade subsidiária do Ministério Público para a ação punitiva da Lei Anticorrupção (art. 20 da Lei 12.846/2013).** *In:* ALVIM, Thereza *et al*. **Temas atuais de direito processual:** estudos em homenagem ao Professor Eduardo Arruda Alvim. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. *E-book.*

MELO, Renan Emanuel Rocha. Da cláusula anticorrupção: breve análise de sua sistemática com a Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) em contratos empresariais. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos; MELO, Larissa; PINTO, Gabriel R. Rozendo (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito:** Lei Anticorrupção. Brasília: UniCEUB: ICPD, 2018. p. 08-22. ISBN 9788561990855.

OLIVEIRA, Alexandre Vidigal de. Lei anticorrupção - avanços e desafios: breve incursão a alguns de seus aspectos controvertidos. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção**: desafios em torno da lei n° 12.846/2013. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 9-31. ISBN 9788582960264.

OLIVEIRA, Chaiene Meira de; RITT, Caroline Fockink. Os reflexos dos acordos de leniência no âmbito da lei anticorrupção brasileira na delação premiada e consequências no processo penal: um estudo diante da omissão legislativa. In: BITENCOURT, Caroline Müller (Org.). **Direito (re)discutido**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2018. p. 280-298. ISBN 9788575784907.

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. Desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção, na atuação cível do Ministério Público Federal, nos 30 anos da Constituição Federal. In: HIROSE, Regina Tamami (Coord.). **Carreiras típicas de Estado:** desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 181-198. ISBN 9788545006282.

RAMOS, Gisele Mota. Corrupção: um problema de decisão organizacional, papel do estado ou resultado da ação humana. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos et al. (Coord.). **Caderno de pós-graduação em direito**: Lei Anticorrupção. [2. ed.]. Brasília: UniCEUB:ICPD, 2019. p. 186-204. ISBN 9788572670012

RIBEIRO, Paulo Dias de Moura. A lei anticorrupção. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção**: desafios em torno da lei n° 12.846/2013. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 157-172. ISBN 9788582960264.

RITT, Caroline Fockink; OLIVEIRA, Chaiene Meira de. A aplicação das responsabilizações da lei anticorrupção para as entidades da administração pública indireta. In: **SEMINARIO INTERNACIONAL TUTELAS A EFETIVACAO DE DIREITOS INDISPONIVEIS,** 2, 2018, Porto Alegre. Coletânea. Porto Alegre: FMP, 2018. p. 205-229. ISBN 9788569568124.

RITT, Caroline Fockink; OLIVEIRA, Chaiene Meira de. Acordos de leniência e delação premiada enquanto mecanismos de combate a corrupção: principais distinções e aplicabilidade. In: LEAL, Mônia Clarissa Hennig; CUSTÓDIO, André Viana (Org.). **Fundamentos constitucionais das políticas públicas**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2019. p. 157-170. ISBN 9788575784952.

RITT, Caroline Fockink; OLIVEIRA, Chaiene Meira de. Compliance corporativo: instrumento para prevenção de práticas corruptivas no meio empresarial e sua importância na busca de negócios mais éticos. In: **SEMINARIO NACIONAL TUTELAS A EFETIVACAO DE DIREITOS INDISPONIVEIS,** 3, 2017, Porto Alegre. Coletânea. Porto Alegre: FMP, 2018. p. 309-327. ISBN 9788569568117.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz; BORGARELLI, Bruno de Ávila. A responsabilidade civil objetiva na lei anticorrupção. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção**: desafios em torno da lei n° 12.846/2013. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 145-156. ISBN 9788582960264.

SOUZA, Fernanda Nunes Coelho Lana e. Implementação de um programa de compliance. In: LAMACHIA, Claudio; PETRARCA, Carolina (Org.). **Compliance:** essência e efetividade. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2018. p. 209-214. ISBN 9788579661037.

SOUZA, Rafael Soares. O acordo de leniência da lei anticorrupção e o seu controle. In: ARAÚJO, Raul; NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARRÁ, Leonardo Câmara (Coord.). **Estudos sobre a administração pública e o combate à corrupção**: desafios em torno da lei n° 12.846/2013. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018. p. 173-191. ISBN 9788582960264.

VASCONCELOS, Beto; SILVA, Marina Lacerda e. Lei anticorrupção, leniência e compliance: avanços e desafios. In: LAMACHIA, Claudio; PETRARCA, Carolina (Org.). **Compliance:** essência e efetividade. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2018. p. 101-110. ISBN 9788579661037.

VIEIRA, Carla Valente. O (des)compasso entre a cultura corporativa e os códigos de conduta. In: LAMACHIA, Claudio; PETRARCA, Carolina (Org.). **Compliance:** essência e efetividade. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2018. p. 203-208. ISBN 9788579661037.

ARTIGOS

AGUIAR, André Amarai de. Diferença qualitativa entre responsabilidade civil, penal e administrativa e o art. 6° da lei anticorrupção. **Revista da AGU,** Brasília, DF: AGU, v.15, n.3, p. 91-112, jul./set. 2016. ISSN 1981-2035.

ALBUQUERQUE, Ana Claudia de Paula. Inter-relacionamento entre a Lei da Improbidade Administrativa e a Lei Anticorrupção. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.6, n.17, p. 9-36, mai./ago. 2017. ISSN 22382763.

ALMEIDA, Arnaldo Quirino de. A responsabilização do compliance officer e a lei anticorrupção. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB, v.13, n.148, p. 85-104, abril 2018. ISSN 21791651.

ALMEIDA, Arnaldo Quirino de. Programa de integridade (compliance program) na lei anticorrupção e culpabilidade empresarial. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB, v.12, n.142, p. 68-111, outubro 2017. ISSN 21791651.

ALVES, Francisco Sérgio Maia. Análise da juridicidade do controle dos acordos de leniência da Lei anticorrupção empresarial pelo Tribunal de Contas da União. **Revista da AGU,** Brasília, DF: AGU, v.17, n.2, p. 155-182, abr./jun. 2018. ISSN 1981-2035.

AMARAL, Arthur Gabriel Rodrigues do. A denúncia anônima nos programas empresariais de compliance. **Revista Brasileira de Direito Comercial**, Porto Alegre: Lex Magister, v.2, n.11, p. 43-50, jun./jul. 2016. ISSN 2359-1137.

AMORIM, Rodrigo Morais de. O acordo de leniência na esfera administrativa como instrumento de prevenção e repressão à corrupção. **Fórum de Contratação e Gestão Pública,** Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 58-74, out. 2019. ISSN 1676-5826.

ANDRADE, Jackeline Póvoas Santos de. O combate à corrupção no Brasil e a Lei n. 12.846/2013: a busca pela efetividade da lei e celeridade do processo de responsabilização através do Acordo de Leniência. **Revista Digital de Direito Administrativo,** São Paulo: USP, v.4, n.1, p. 170-203, jan./abr. 2017. ISSN 231905558.

ANDRADE, Paulo Vitor Ramos de. A corrupção em tempos de pandemia: um breve estudo acerca do estado de calamidade pública e da lei anticorrupção no Brasil. **Revista Lex de Direito Administrativo,** Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 169-192, maio/ago. 2021.

ARAÚJO, Valter Shuenquener de; SANTOS, Bruna de Brito André dos; XAVIER, Leonardo Vieira. Compliance na administração pública brasileira. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, v.19, n.77, p. 247-272, jul./set. 2019. ISSN 1516-3210.

ASSIS, Luiz Eduardo Altenburg de; SCHRAMM, Fernanda Santos. Cláusulas anticorrupção nas contratações públicas. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC,** Curitiba: Zênite, v.25, n.297, p. 1095-1103, novembro 2018. ISSN 1980-234X.

BACHA, Omar Abreu. A perspectiva interinstitucional do acordo de leniência na Lei anticorrupção. **Fórum de contratação e gestão pública**, v. 20, n. 235, p. 75-97, jul. 2021.

BACHA, Omar Abreu. Considerações hermenêuticas sobre o regime prescricional na Lei anticorrupção. **Fórum administrativo**, v. 23, n. 267, p. 53-80, maio 2023.

BARRILARI, Claudia Cristina. Interlocução entre o direito administrativo sancionador e o direito penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais,** São Paulo, v.31 n.198, p. 17-39, set./out. 2023.

BAZO, Andressa Loli; TOJAL, Tarsila Fonseca. Lei anticorrupção: direito administrativo sancionador e sua interface com o direito penal. **Revista de Direito Penal Econômico e Compliance**, São Paulo, v.1, n.1, p. 165-184, 2020.

BEDÊ JUNIOR, Américo; BREDA, Lara Carvalho. O acordo de leniência e a derrogação tácita da vedação para realização de acordo no âmbito da improbidade administrativa. **Revista de Processo,** São Paulo, v.46, n.314, p. 249-282, abril 2021. ISSN 0100-1981.

BERTOCELLI, Rodrigo de Pinho. A evolução do compliance no Brasil e sua efetividade. **Revista Brasileira de Direito Comercial**, Porto Alegre: Lex Magister, v.5, n.28, p. 53-62, abr./maio 2019. ISSN 2359-1137.

BERTONCINI, Mateus Eduardo Siqueira Nunes; VOSGERAU, Bruno Roberto. A dissolução compulsória da pessoa jurídica na lei anticorrupção e o aparente conflito com princípio da função social da empresa e o princípio da preservação da empresa. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública,** Florianópolis: CONPEDI, v.4, n.2, p. 60-78, jul./dez. 2018. ISSN 25260073.

BLANCHET, Luiz Alberto; MARIN, Tâmera Padoin Marques. A corrupção como violação de Direitos Humanos e a necessária efetividade da Lei nº 12846/2013. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional,** Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.71, p. 267-294, jan./mar. 2018. ISSN 1516-3210.

BLOK, Marcella. A nova lei anticorrupção e o compliance. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.65, p. 263-318, jul./set. 2014. ISSN 1518-2703.

BOMFIM, Gilberto; BLANCHET, Luiz Alberto. O "nudge" da lei anticorrupção (12.846/13) para a implementação de programas de compliance. **Revista da AGU,** v.20, n.2, p.51-70, abr./jun. 2021.

BONFIM, Natália Bertolo. A desconsideração da personalidade jurídica na lei anticorrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 91-118, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

BORBA, João Paulo Santos. O papel da Advocacia-Geral da União na responsabilização da pessoa jurídica pela prática de atos lesivos contra a administração pública. **Revista da AGU,** Brasília, DF, v.21, n.1, p. 91-110, jan./mar. 2022. ISSN 2525328X.

BOTTINI, Pierpaolo; TAMASAUSKAS, Igor Sant'Anna. A controversa responsabilidade na Lei anticorrupção. **Revista Zênite de Licitações e Contratos** - ILC, Curitiba: Zênite, v.23, n.271, p. 880-883, setembro 2016. ISSN 1980-234X.

BOTTINO, Thiago; PAULA, Maria Helena de Carvalho Nogueira de. Efeitos penais dos acordos de supervisão no âmbito dos procedimentos administrativos sancionadores da Comissão de Valores Mobiliários. **Revista Brasileira de Ciências Criminais,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.28, n.172, p. 207-237, outubro 2020. ISSN 1415-5400.

BRAGA FILHO, Vanderson Maçullo; AYOUB, Luiz Roberto. O impacto da lei anticorrupção na recuperação judicial de empresas. **Revista da EMERJ,** Rio de Janeiro: EMERJ, v.19, n.75, p. 268-284, jul./set. 2016. ISSN 1415-4951.

BRANDÃO, Felipe Gondim. Programas de compliance, poder diretivo do empregador e os limites constitucionais à regulação da relação de emprego na perspectiva do Estado democrático de direito. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária,** Porto Alegre: Síntese, v.29, n.337, p. 110-127, julho 2017. ISSN 1519-1834.

BRUFATTO, João José Turri. Blockchain em acordos de leniência da lei anticorrupção [recurso eletrônico]. **Actio** [recurso eletrônico] : revista de estudos jurídicos, v. 1, n. 30, p. 63-82, jan./jun. 2020. Disponível em: http://www.actiorevista.com.br/index.php/actiorevista/article/view/107/108 . Acesso em: 15 dez. 2023.

CAMARGO, Beatriz Corrêa; SOUSA, Gabriel Rodrigo de; LOPEZ, Raphael Ferreira. Limitações e desafios da utilização da teoria do domínio do fato para a punição de agentes políticos na América Latina: estudo comparativo entre Brasil, Peru e Argentina. **Revista dos Tribunais,** vol.109, n. 1011, p. 203 - 225, janeiro 2020.

CAMPOS, Patrícia Toledo de. Comentários à Lei nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.2, n.1, p. 160-185, jan./jun. 2015. ISSN 231905558.

CARDOSO, Maria Eduarda Corteletti P. A Lei de Improbidade e a Lei Anticorrupção na perspectiva da defesa dos direitos fundamentais. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.6, n.17, p. 133-156, mai./ago. 2017. ISSN 22382763.

CASARÍN LEÓN,Manlio Fabio. El Sistema Nacional Anticorrupción a la luz del paradigma del Estado constitucional y democrático de derecho. **Revista de direito administrativo e infraestrutura,** v. 2, n. 4, p. 317-340, jan./mar. 2018.

CASTELLA, Gabriel Morettini e. Cláusulas anticorrupção e as novas exigências de programas de integridade para as contratações públicas. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC,** Curitiba: Zênite, v.25, n.293, p. 690-694, julho 2018. ISSN 1980-234X.

CASTRO, Leonardo Bellini de. A Lei anticorrupção e a busca de sua integridade sancionatória. **Revista de direito administrativo, infraestrutura, regulação e compliance**, v. 6, n. 21, p. 153-171, abr./jun. 2022.

CAVALIERI, Davi Valdetaro Gomes. O compliance como mecanismo de combate à corrupção. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.20, n.227, p. 18-22, janeiro 2020. ISSN 1984-4107.

CEREN, João Pedro; CARMO, Valter Moura do. Lei anticorrupção brasileira e chilena: desafios no combate à corrupção. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR,** Curitiba: SER/UFPR, v.63, n.3, p. 37-60, set./dez. 2018. ISSN 0104-3315.

COSTÓDIO FILHO, Ubirajara. Sanções administrativas e sucessão empresarial: o caso da Lei Anticorrupção. **Direito do Estado em Debate**, Curitiba: PGE-PR, v.6, p. 11-46, 2015. ISSN 1981-3465.

COUTINHO, Nilton C. A. Probidade e ética na gestão pública: a Lei nº 12.846/2013 e a importância do advogado público no combate à corrupção. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 65-70, maio 2015. ISSN 1984-4107.

CREUZ, Luís Rodolfo Cruz e. O programa empresa pró- ética: estudo sobre a iniciativa do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria - Geral da União (CGU) e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.138, p. 9-30, junho 2017. ISSN 21791651.

CUÉLLAR, Leila; PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. Reflexões sobre a lei federal nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção). **Revista de Direito Público da Economia** - RDPE, Belo Horizonte: Fórum, v.12, n.46, p. 131-170, abr./jun. 2014. ISSN 1678-7102.

DAVIS, Kevin E. Anticorrupção e corrupção sistêmica: o papel das respostas diretas. **Revista Direito GV,** São Paulo, v.17, n.2, maio/ago. 2021.

DIAS, Bruno Fernandes. O papel da Advocacia Pública nos programas de integridade para o combate à corrupção nas empresas. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 9-24, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

DIAS, Bruno Fernandes. Responsabilidade de pessoas jurídicas e físicas em matéria de corrupção: o regime jurídico da Lei nº 12.846/2013. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: PGE, v.69, p. 67-94, 2015. ISSN 0101-2096.

DRUMMOND, João Augusto de Moraes. Da sanção pela prática objetiva de ato ilícito administrativo pela pessoa jurídica na lei anticorrupção brasileira - teoria do ato ilícito por seu efeito imediato - análise da norma. **Sintesenet**, out. 2014. Disponível em: http://online.sintese.com . Acesso em: 15.12.2023

EDINGER, Carlos. Programas de integridade anticorrupção: autonomia e heteronomia. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.106, n.977, p. 267-285, março 2017. ISSN 0034-9275.

FABRETTI, Humberto Barrionuevo. Panorama crítico da lei anticorrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 25-36, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

FAGALI, Bruno. A construção e consolidação do ambiente normativo global de combate à corrupção empresarial. **Revista de Direito Penal Econômico e Compliance,** São Paulo, v.1, n.1, p. 31-75, 2020.

FAJARDO, Gabriel. A penalização da pessoa jurídica na lei anticorrupção: uma análise do art. 30 da Lei nº 12.846/13 à luz do princípio do non bis in idem. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.65, p. 135-165, abr./jun. 2019. ISSN 1678-7072.

FARACO, Alexandre Ditzel. Lei de defesa da concorrência e lei anticorrupção: sobreposições e conflitos normativos. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE,** Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.59, p. 9-24, jul./set. 2017. ISSN 1678-7102.

FERNANDES, J. U. Jacoby; REIS, Ludimila. Programa de integridade nas microempresas e empresas de pequeno porte. **Fórum de Contratação e Gestão Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.168, p. 37-38, dezembro 2015. ISSN 1676-5826.

FERRARI, Eduardo Reale. O acordo de leniência como forma de garantia da preservação da empresa. **Revista de Direito Recuperacional e Empresa**, v. 1, n.. 4, abr./jun. 2017.

FERRAZ, Luciano. Reflexões sobre a lei nº 12.846/2013 e seus impactos nas relações público-privadas - lei de improbidade empresarial e não lei anticorrupção. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.12, n.47, p. 33-43, out./dez. 2014. ISSN 1678-7072.

FONSECA, Antonio. Programa de compliance ou programa de integridade, o que isso importa para o direito brasileiro?. **Revista do Tribunal Regional Federal 1. Região**, n.1/2, p. 77-94, jan./fev. 2018.

FORIGO, Camila Rodrigues; GONÇALVES, Oksandro Osdival. A aplicabilidade das sanções previstas na Lei Anticorrupção Empresarial (Lei Federal 12.846/2013): uma análise a partir das fraudes envolvendo o metrô de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.23, n.115, p. 337-367, jul./ago. 2015. ISSN 1415-5400.

FREITAS, Elísio de Azevedo. Acordos de leniência da Lei anticorrupção: propostas para reduzir sua insegurança jurídica. **Direitos fundamentais e justiça**, v. 15, n. 45, p. 199-225, jul./dez. 2021. Disponível em: https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/888 . Acesso em: 15 dez. 2023.

FURTADO, Madeline Rocha. A Lei anticorrupção, o compliance e a nova Lei de licitações e contratos. Breves comentários. **Fórum de contratação e gestão pública**, v. 22, n. 260, p. 43-47, ago. 2023.

GABARDO, Emerson; CASTELLA, Gabriel Morettini e. A nova lei anticorrupção e a importância do compliance para as empresas que se relacionam com a administração pública**. A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional,** Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.60, p. 129-147, abr./jun. 2015. ISSN 1516-3210.

GABARDO, Emerson; CASTELLA, Gabriel Morettini e. O compliance e a dosimetria da pena nas ações de improbidade: ponderações a partir da lei anticorrupção. **Juris Plenum**, Caxias do Sul, RS, v.14, n.80, p. 7-26, mar. 2018. ISSN 1807-6017.

GALVÃO, Leonardo Vasconcellos Braz. A inconstitucionalidade do art. 25 da lei anticorrupção. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.4, n.11, p. 215-229, mai./ago. 2015. ISSN 22382763.

GANDARA, Leonardo André. A influência estrangeira no direito brasileiro: caso da Lei Anticorrupção. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, Belo Horizonte: Fórum, v.13, n.52, p. 183-211, out./dez. 2015. ISSN 1678-7102.

GEORGETTI, Bruno Henrique; GIBRAN, Sandro Mansur. O compliance como meio de prevenção da responsabilização objetiva das pessoas jurídicas ante os impactos da Lei nº 12.846/2013: a Lei anticorrupção. **Revista brasileira de direito público**: RBDP, v. 19, n. 75, p. 9-36, out./dez. 2021.

GERSTLER, Daniel Magalhães. Racionalização do sistema sancionador como método a preservar a soberania econômica nacional no necessário combate à corrupção. **Revista de Direito Penal Econômico e Compliance,** São Paulo, v. 4, n. 15, p. 123-150, jul./set. 2023.

HARGER, Marcelo. A inconstitucionalidade da responsabilidade objetiva na Lei 12.846/2013. **Revista de direito administrativo e infraestrutura,** v. 1, n. 2, p. 99-110, jul./set. 2017.

HARTMANN, Stefan Espirito Santo. Comentários à Lei Anticorrupção: Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013: breves reflexões acerca das consequências da entrada em vigor da nova legislação no âmbito do Direito Administrativo. **Revista da AJUFERGS**, Porto Alegre: AJUFERGS, v.9, p. 55-86, 2016. ISSN 1679-2262.

INNOCENTI, Ricardo et al. Compliance trabalhista. **Revista dos tribunais,** São Paulo, v. 106, n. 979, p. 91-101, maio 2017.

JORGE, Fabio Martins Di; SANTOS, Paloma Costa. O ambiente político para a criação do sistema de prevenção à corrupção no Brasil: da impunidade à tão esperada correção de rumos!. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP,** Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.58, p. 173-192, jul./set. 2017. ISSN 1678-7072.

JUSTEN FILHO, Marçal. Desconsideração da personalidade societária e responsabilização de terceiros na lei de improbidade administrativa e na lei anticorrupção. **Revista da EMERJ,** Rio de Janeiro: EMERJ, v.20, n.3, p. 180-198, set./dez. 2018. ISSN 1415-4951.

KRUPPA, Roberta Potzik Soccio. Compliance trabalhista. **Revista Fórum Justiça do Trabalho,** Belo Horizonte, v.37, n.437, p. 37-54, maio 2020. ISSN 0103-5487

LACERDA, Natalia de Melo. A emergência dos programas públicos de integridade como instrumento de prevenção de cartéis em licitação. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF: Senado Federal, v.56, n.221, p. 111-130, jan./mar. 2019. ISSN 0034-835X.

LEI anticorrupção (Lei nº 12.846/13) e sua aplicabilidade a licitações públicas e contratos administrativos**. Revista Zênite de Licitações e Contratos** - ILC, Curitiba: Zênite, v.22, n.262, p. 1130-1139, dezembro 2015. ISSN 1980-234X.

LEITE, Maurício Silva; NOBRE, Eduardo Maffia Queiroz. Responsabilidade solidária por atos de corrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n. 947, p. 313-330, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

LIMA, Mikael Martins de. Breves notas sobre os aspectos societários da Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção). **Revista Magister de direito empresarial, concorrencial e do consumidor**, v. 10, n. 56, p. 95-105, abr./maio 2014. Magister Net.

LIPPEL, Manuella Cristina Navarro. A multa prevista pelo artigo 6º, I, da Lei anticorrupção (12.846/2013), e a possibilidade de aplicação dos Engel criteria. **Revista de direito penal econômico e compliance** : RDPEC, v. 1, n. 3, p. 13-32, jul./set. 2020.

LOUREIRO, Caio de Souza. Correndo atrás do tempo perdido: excessos e irracionalidades no combate à corrupção no Brasil. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico,** Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.13, p. 95-125, mar./ago. 2018. ISSN 22388508.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Procedimento e sanções na lei anticorrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 267-279, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

MARCHESI, Bruna Lícia Pereira. O acordo de leniência na Lei de Anticorrupção Empresarial. **Revista Zênite de Licitações e Contratos** - ILC, Curitiba: Zênite, v.22, n.256, p. 529-530, junho 2015. ISSN 1980-234X.

MARRARA, Thiago. Acordo de leniência na lei anticorrupção: pontos de estrangulamento da segurança jurídica. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.6, n.2, p. 95-113, jul./ago. 2019. ISSN 231905558.

MARRARA, Thiago. Acordos de leniência no processo administrativo brasileiro: modalidades, regime jurídico e problemas emergentes. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.2, n.2, p. 509-527, jul./dez. 2015. ISSN 231905558.

MARTINS, Tiago do Carmo. Intervenção judicial em empresa por ato de improbidade ou lesivo. **Revista de Processo,** São Paulo, v.47, n.327, p. 333-348, maio 2022. ISSN 0100-1981.

MATIAS, Júlio Marcelo da Silva. Aspectos penais da Lei anticorrupção. **Revista do Tribunal de Contas da União**, v. 52, n. 147, p. 78-91, jan./jun. 2021. Disponível em: https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1699/1838 . Acesso em: 23 dez. 2023.

MATOS, Amanda Prado de. Sociedade corruptora. **Revista de Direito Privado,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.20, n.100, p. 95-112, jul./ago. 2019. ISSN 1517-6290.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. Do conflito da lei anticorrupção (lei nº 12.846/2013) com a lei de improbidade administrativa (lei nº 8.429/1992), no que pertine a responsabilidade da pessoa jurídica privada: antinomia jurídica. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.138, p. 31-47, junho 2017. ISSN 21791651.

MAY, Yduan de Oliveira; POSSAMAI, Angélica Pereira. Lei anticorrupção, compliance e a função social empresarial. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDir/UFRGS**, Porto Alegre, v.14, n.1, p. 234-253, jan./jun. 2020. ISSN 1678-5029.

MELLO, Sebástian Borges de Albuquerque; TOURINHO, Rita. A responsabilidade da pessoa jurídica no âmbito do direito público: a incoerência na valorização da culpabilidade no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance,** São Paulo, v.6, n.22, p. 163-184, jul./set. 2022. ISSN 2526-8120.

MORAIS, Uérlei Magalhães de. Compliance trabalhista: a utilização da lei anticorrupção como instrumento de prevenção de conflitos de natureza trabalhista. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v. 85, n. 1, p. 238-263, jan./mar. 2019. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/157113 . Acesso em: 15 dez. 2023.

MOREIRA, Egon Bockmann; BAGATIN, Andreia Cristina. Lei anticorrupção e quatro de seus principais temas - responsabilidade objetiva, desconsideração societária, acordos de leniência e regulamentos administrativos. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, Belo Horizonte: Fórum, v.12, n.47, p. 55-84, jul./set. 2014. ISSN 1678-7102.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; FREITAS, Rafael Véras de. A juridicidade da Lei anticorrupção: reflexões e interpretações prospectivas. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro: PGE, v.69, p. 113-133, 2015. ISSN 0101-2096.

MORETTINI, Felipe Tadeu Ribeiro. A lógica sancionatória disfuncional da Lei anticorrupção e os riscos de sua aplicação ao setor de infraestrutura. **Revista LEX de direito administrativo**, v. 1, n. 3, p. 7-30, set./dez. 2021.

MUKAI, Toshio. Alterações na lei anticorrupção nos acordos de leniência (MP 703/2015). **Sintesenet**, maio 2016. Disponível em: http://online.sintese.com . Acesso em: 15.12.2023.

MUKAI, Toshio. Comentários à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Lei Anticorrupção contra pessoas física e jurídica de direito privado. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 62-71, julho 2015. ISSN 1984-4107.

MUKAI, Toshio. Regulamentação da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção contra pessoas físicas e jurídicas do direito privado). **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 55-63, agosto 2015. ISSN 1984-4107.

NAKAHARA, Eric Felipe Sabadini. A responsabilidade penal do Conselho de Administração diante dos deveres de compliance no pós-Lava Jato. **Revista de Direito Penal Econômico e Compliance,** São Paulo, v.1, n.1, p. 13-30, 2020.

NASCIMENTO, Juliana Oliveira; PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. A Lei Anticorrupção e o Princípio da Boa-fé: desafios da ética corporativa nos contratos empresariais. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre: UFRGS, v.35, p. 199-217, 2016. ISSN 0104-6594.

NASCIMENTO, Melillo Dinis do. O controle da corrupção no Brasil e a lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.60, p. 79-137, abr./jun. 2016. ISSN 1808-5628.

NEVES, Ricardo. Lei anticorrupção - responsabilização objetiva de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. **Revista Zênite de Licitações e Contratos** - ILC, Curitiba: Zênite, v.21, n.242, p. 334-337, abril 2014. ISSN 1980-234X.

NUNES, Leandro Bastos. A atribuição do Ministério Público para firmar acordos de leniência. **Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal,** Porto Alegre, v.22, n.131, p. 30-36, dez./jan. 2022. ISSN 1519-1818.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de. A Lei anticorrupção e a relevância da governança corporativa à luz da análise econômica do direito. **Fórum administrativo**, v. 23, n. 268, p. 69-88, jun. 2023.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de; CEREN, João Pedro. Lei anticorrupção e acordo de leniência: apontamentos críticos. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.108, n.1010, p. 181-207, dez. 2019. ISSN 0034-9275.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de; SILVA, Ana Cláudia Rossetto; ORTEGA, Ana Clara da Silva. A união do direito econômico e da contabilidade forense no combate às fraudes corporativas no Brasil. **Revista dos Tribunais,** São Paulo: v.108, n.1000, p. 101-126, fev. 2019. ISSN 0034-9275.

OLIVEIRA, Fábio Junior de; CHOQUE, Romina Diana Flores. Processo e procedimento da responsabilidade das pessoas jurídicas sob a égide da Lei Anticorrupção - Lei 12.846/2013 - correlacionada às inovações do novo CPC - Lei 13.105/2015. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.105, n.966, p. 203-222, abril 2016. ISSN 0034-9275.

OLIVEIRA, Luciano Moreira de. Autonomia da ação de responsabilidade de pessoas jurídicas no Brasil com fundamento na Lei nº 12.846/2013. **Revista de Direito Administrativo,** São Paulo: FGV/Atlas, v.276, p. 147-163, set./dez. 2017. ISSN 0034.8007.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A consensualidade no direito público sancionador e os acordos nas ações de improbidade administrativa. **Revista Forense**, Rio de Janeiro: Forense, v.114, n.427, p. 197-218, jan./jun. 2018. ISSN 0102-8413.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; ACOCELLA, Jéssica. Compliance na Administração Pública. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.19, n.224, p. 67-72, out. 2019. ISSN 1984-4107.

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; MARTINS, Camila Saldanha. O combate à corrupção diante dos tratados internacionais assumidos pelo Brasil e sua influência na tipicidade penal. **Revista da Ajuris,** Porto Alegre, v.46, n.147, p. 13-37, jul./dez. 2019. ISSN 1679-1363.

PALHARES, Felipe. Corrupção empresarial: a sucessão da responsabilidade nas operações societárias lesivas à administração pública. **Revista de Direito Privado**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.67, p. 343-388, julho 2016. ISSN 1517-6290.

PANACHUK, Lara Pastorello. Considerações sobre a segurança jurídica nos acordos de leniência. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 30-40, junho 2018. ISSN 1984-4107.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Compliance e nexo de causalidade nas Leis de improbidade administrativa e anticorrupção. **Revista Síntese de direito administrativo**, v. 16, n. 186, p. 58-60, jun. 2021.

PEREIRA NETO, Miguel. A lei anticorrupção e a administração pública estrangeira. Revista dos Tribunais, São Paulo: **Revista dos Tribunais**, v.103, n.947, p. 331-358, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

PEREZ, Marcos Augusto. Controle da administração pública no Brasil: um breve resumo do tema. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.52, p. 69-74, jan./mar. 2016. ISSN 1678-7072.

PETHECHUST, Eloi Rodrigues Barreto; GONÇALVES, Oksandro Osdival; FORIGO, Camila Rodrigues. A intervenção judicial como sanção alternativa às penas de suspensão, interdição parcial ou dissolução compulsória da pessoa jurídica previstas na lei anticorrupção empresarial. **Revista do Direito [da UNISC]**, Santa Cruz do Sul, n.58, p. 2-19, maio/ago. 2019. ISSN 0104-9496.

PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. Contratação pública e compliance: uma proposta para a efetividade dos programas de integridade em contratações públicas. **Revista de Contratos Públicos – RCP,** Belo Horizonte, ano 7, n. 13, p. 79-97, mar./ago. 2018.

PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. Desconsideração administrativa da personalidade societária - compatibilidades e possibilidades da Lei Anticorrupção. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.2, n.1, p. 381-410, jan./jun. 2015. ISSN 231905558.

PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. Reorganizações societárias e os limites da responsabilidade objetiva na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 25-36, julho 2017. ISSN 1984-4107.

PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. Retrospecto da responsabilidade da pessoa jurídica no ordenamento jurídico brasileiro: do Código Civil de 1916 até a compreensão da responsabilidade objetiva da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). **Revista Digital de Direito Administrativo,** São Paulo: USP, v.5, n.1, p. 32-65, jan./jun. 2018. ISSN 231905558.

PINTO, Flávia Francisca Moraes da Costa; BARROS, Ana Clara Santos Borges de. A prática do programa de compliance no âmbito trabalhista e seu efeito nas empresas sob a perspectiva da Lei nº 12.846/2013. **Revista Fórum Justiça do Trabalho,** Belo Horizonte, v.37, n.434, p. 81-89, fev. 2020. ISSN 0103-5487.

PINTO, José Guilherme Bernan Correa. Direito administrativo consensual, acordo de leniência e ação de improbidade. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 49-56, dezembro 2016. ISSN 1984-4107.

RÊGO, Eduardo de Carvalho; SCHRAMM, Fernanda Santos. Breves apontamentos sobre a lei anticorrupção - a lógica da improbidade administrativa no âmbito privado. **Revista Zênite de Licitações e Contratos** - ILC, Curitiba: Zênite, v.22, n.251, p. 27-32, janeiro 2015. ISSN 1980-234X.

REGULES, Luiz Eduardo Patrone. A lei anticorrupção e o terceiro setor. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 237-255, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

REMÉDIO, José Antônio; SILVA, Marcelo Rodrigues da. Os acordos de leniência da lei anticorrupção e o uso da informação da empresa colaboradora como ativo na reparação integral do dano e no pagamento das sanções pecuniárias. **Revista da AGU**, Brasília, DF: AGU, v.17, n.3, p. 165-184, jul./set. 2018. ISSN 1981-2035

RIBEIRO, Bruno Fialho. A lei anticorrupção e os fundamentos na constituição cidadã. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.138, p. 73-79, junho 2017. ISSN 21791651.

RIBEIRO, Graziele Lopes; STRASSER, Francislaine de Almeida Coimbra. Compliance como antídoto à "pejotização". **Revista dos Tribunais,** São Paulo, v.109, n.1014, p. 21-41, abr. 2020. ISSN 0034-9275.

RIBEIRO, Manoela Barbosa Machado. As incertezas relacionadas à competência para a celebração de acordos de leniência. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 41-47, junho 2018. ISSN 1984-4107.

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; DINIZ, Patrícia Dittrich Ferreira. Compliance e Lei Anticorrupção nas empresas. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF: Senado Federal, v.52, n.205, p. 87-105, jan./mar. 2015. ISSN 0034-835X.

RISTER, Carla Abrantkoski. A relevância da cooperação internacional para o aprofundamento do combate à corrupção no Brasil. **Revista Brasileira de Direito Comercial**, Porto Alegre: Lex Magister, v.5, n.29, p. 58-71, jun./jul. 2019. ISSN 2359-11.

ROCHA, Silvio Luís Ferreira da; COSTA, Pedro Luiz Chagas. O programa de integridade como instrumento de exclusão das sanções administrativas na lei anticorrupção. **Juris Plenum Direito Administrativo**, Caxias do Sul, RS, v.7, n.25, p. 143-166, mar. 2020. ISSN 2319-0256.

RODRIGUES, Matheus Vinícius Aguiar. No combate à corrupção empresarial, como incentivar normativamente a implementação efetiva do compliance?. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance,** São Paulo, v.4, n.13, p. 221-249, abr./jun. 2020. ISSN 2526-8120.

SAAD-DINIZ, Eduardo. Brasil vs. Golias : os 30 anos da responsabilidade penal da pessoa jurídica e as novas tendências em compliance. **Revista dos tribunais,** São Paulo, v. 107, n. 988, p. 25-53, fev. 2018.

SAIBRO, Henrique Saibro; Weber, Guilherme. A responsabilidade objetiva civil na lei anticorrupção: análise sobre as sanções de perdimento de bens, direitos ou valores e as de suspensão ou interdição das atividades empresariais. **Síntesenet**, jan. 2017. Disponível em: http://online.sintese.com. acesso em: 15.12.2023.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo; SOUZA, Luciano Anderson de. Limites jurídico-penais do acordo de leniência em casos de grupos econômicos. **Revista dos tribunais,** v. 107, n. 991, p. 301-315, maio 2018.

SAMPAIO, Gabriel de Carvalho; VAZZOLER, Anna Claudia Pardini. Lei anticorrupção e a abrangência do inciso V do art. 5º. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 57-71, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

SANCTIS, Fausto Martin de. Lei anticorrupção e lavagem de dinheiro. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 213-236, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

SANTANA, Gustavo da Silva; SILVEIRA, clóvis Roberto Agliardi. A (des)necessidade de previsão legal para a exigência de programa de compliance (integridade) nas licitações e contratações públicas. **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre,** Porto Alegre, v.33, n.34, p. 54-69, 2021. ISSN 1415-3491.

SANTOLIM, Cesar. A lei anticorrupção e os tribunais de contas. **Fórum de Contratação e Gestão Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.181, p. 29-32, janeiro 2017. ISSN 1676-5826.

SANTOS, Dielson Claudio dos; ZANGANELLI, Margareth Vetis; COELHO JÚNIOR, Thalmo de Paiva. Responsabilidade de pessoas jurídicas por corrupção: aplicação da Lei n° 12.846/2013 e seus primeiros resultados. **Revista da AGU**, Brasília, DF: AGU, v.18, n.2, p. 71-106, abr./jun. 2019. ISSN 2525328X.

SANTOS, José Anacleto Abduch. Lei anticorrupção - responsabilidade objetiva por atos lesivos contra a administração pública. **Revista Zênite de Licitações e Contratos** - ILC, Curitiba: Zênite, v.21, n.240, p. 118-123, fevereiro 2014. ISSN 1980-234X.

SANTOS, Kleber Bispo dos. Das sanções da Lei Anticorrupção à luz da ponderação de interesses. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.57, p. 131-162, jul./set. 2015. ISSN 1808-5628.

SANTOS, Natália Batista da Costa; RODRIGUES, Filipe Azevedo. Os jogos da leniência: uma análise econômica da lei anticorrupção. **Direito Público,** São Paulo: IOB/IDP, v.14, n.78, p. 54-71, nov./dez.2017. ISSN 1809-7448.

SCAPINELLI, Christopher Pinto Ferro; SCAPINELLI, Taisa Queiroz Ferro. Aspectos da lei anticorrupção empresarial brasileira. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.138, p. 80-86, junho 2017. ISSN 21791651.

SILVA, Aline Cavalcante dos Reis. Os consórcios empresariais e a Lei Anticorrupção - nº 12.846/2013: solidariedade e possíveis repercussões no processo administrativo de responsabilização - PAR. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 9-18, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

SILVA, Cristiane Campos de Figueiredo. Compliance e Due Diligence: ferramentas de governança corporativa para monitoramento dos riscos de integridade. **Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor,** Porto Alegre, v.8, n.45, p. 108-130, fev./mar. 2022. ISSN 2359-1137.

SILVEIRA, Daniel Barile da; SILVA, Tiago Nunes da. Algumas reflexões sobre aplicabilidade da lei nº 12.846/2013 (lei anticorrupção) em relação as empresas estatais. **Interesse Público,** Porto Alegre: Fórum, v.19, n.103, p. 115-134, maio/jun. 2017. ISSN 1676-8701.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. O acordo de leniência na lei anticorrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 157-178, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

SOUSA, Rodolpho Freitas de; ROCHA, Raphael Vieira da Fonseca. A cooperação jurídica internacional como ferramenta de combate à corrupção: a "operação lava jato" e o seu legado no direito internacional. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ,** Rio de Janeiro, n. 37, p. 47-74, junho 2020.

SOUZA, Renee do Ó. O compliance como instrumento de política pública de combate à corrupção. **Juris Plenum**, Caxias do Sul, RS, v.14, n.80, p. 49-72, mar. 2018. ISSN 1807-6017.

SOUZA, Renee; LIMA, Rogério Sanches de. Compliance como instrumento de combate à corrupção. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.12, n.141, p. 197-200, setembro 2017. ISSN 21791651.

SOUZA, Ricardo Inglez de; SILVEIRA, Luciana Dutra de Oliveira. Lei anticorrupção e a defesa da concorrência. Revista dos Tribunais, São Paulo: **Revista dos Tribunais**, v.103, n.947, p. 201-211, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

STRUECKER, Klaus Almeida. O compliance e suas falhas nas estruturas empresariais brasileiras. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.20, n.227, p. 41-51, janeiro 2020. ISSN 1984-4107.

TAFFAREL, Nathalia Rodrigues Friedmann. A aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica na Lei nº 14.133/2021. **Revista de Contratos Públicos,** Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 215-236, mar. 2023.

TAMASAUSKAS, Igor Sant'anna. Apresentação RT especial: a lei anticorrupção administrativa. Revista dos Tribunais, São Paulo: **Revista dos Tribunais**, v.103, n.947, p. 11-22, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

TAMASAUSKAS, Igor Sant'Anna; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. A interpretação constitucional possível da responsabilidade objetiva na lei anticorrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 133-155, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

TARSIA, Cristiana Muraro. A Lei Anticorrupção já pode ser implementada?. **Fórum Administrativo,** Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 67-71, novembro 2015. ISSN 1984-4107.

TOJAL, Sebastião Botto de Barros. Interpretação do artigo 30 da lei 12.846/2013. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 282-294, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

VALE, Murilo Melo. A lei anticorrupção empresarial: um contraponto à agenda de combate à corrupção. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.138, p. 48-72, junho 2017. ISSN 21791651.

VARELLA, Marcelo Dias. Quando mais é menos : arranjos institucionais e acordos de leniência anticorrupção no Brasil. **Revista de informação legislativa**, v. 59, n. 233, p. 35-59, jan./mar. 2022.

VASCONCELOS, Breno Ferreira Martins; MATTHIESEN, Maria Raphaela Dadona. Conceito de faturamento bruto excluídos os tributos para aplicação da pena de multa na lei anticorrupção. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.103, n.947, p. 119-132, setembro 2014. ISSN 0034-9275.

VENTURA, Leonardo Henrique de Carvalho. Peculiaridades do processo administrativo de responsabilização na lei anticorrupção. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB, v.13, n.154, p. 89-98, outubro 2018. ISSN 21791651.

VERGUEIRO, Camila Campos. A desconsideração da personalidade jurídica na Lei anticorrupção, o processo administrativo e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica. **Revista de processo**, v. 48, n. 335, p. 213-234, jan. 2023.

VICENTE, Ísis Carolina Massi; BANNWART JÚNIOR, Clodomiro José. Consolidação de valores éticos nas empresas estatais e o combate à corrupção: práticas para a efetivação de políticas socialmente responsáveis. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública,** Florianópolis: CONPEDI, v.3, n.1, p. 41-61, jan./jun. 2017. ISSN 25260073.

VIÉGAS, Francisco de Assis; MURAD, Raul. Responsabilidade civil nos acordos de delação premiada: desafios e perspectivas para a reparação dos danos no âmbito da "Operação Lava Jato". **Revista Brasileira de Direito Civil,** Rio de Janeiro: IBDCivil, v.11, n.1, p. 145-154, jan./mar. 2017. ISSN 23586974.

VIEIRA, Vânia Lúcia Ribeiro; ARANHA, Márcio Iório. Compliance anticorrupção e modelagem regulatória: regulação prescritiva e risco de implantação de programas de fachada. **Revista Brasileira de Ciências Criminais,** São Paulo, v.28, n.167, p. 149-187, maio 2020. ISSN 1415-5400.

VITORINO, Marcelo. Compliance na gestão tributária. **Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor,** Porto Alegre, v.9, n.49, p. 27-33, out./nov. 2022. ISSN 2359-1137.

ZANETTI, Adriana Freisleben de. Lei anticorrupção e compliance. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.5, n.15, p. 35-60, set./dez. 2016. ISSN 22382763.

ZOCKUN, Maurício; ZOCKUN, Carolina Zancaner. A responsabilidade objetiva na lei anticorrupção. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.20, p. 99-105, maio/ago. 2018. ISSN 22382763.

DISSERTAÇÕES/TESES

AZEVEDO, Juliana Fonseca de. **A solução da competência como elemento fundamental para a validade e a consolidação do acordo de leniência da lei anticorrupção**. 2022. 89 f. Dissertação (mestrado profissional) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo, 2023. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/8ae0cc7b-8c6f-4d56-b3f9-a962f8ad5983/full . Acesso em: 20 dez. 2023.

BACHA, Omar Abreu. **Pressupostos da Responsabilidade Administrativa Objetiva na Lei Anticorrupção.** 2022. 144 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11768883. Acesso em: 18 dez. 2023.

LAZZARON, Aline. **O princípio do ne bis in idem nos acordos em matéria de improbidade administrativa**: o caso dos acordos de leniência da lei anticorrupção. 2022. 163 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, 2022. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/252457. Acesso em: 18 dez. 2023.

MARCHIONI, Guilherme Lobo Bassanello. **Autoritarismo líquido e anticorrupção: apontamentos sobre medidas de exceção à espreita na norma de combate e prevenção a atos lesivos à administração pública**. 2022. 216 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

MOYSES, Andrea Maria Mustafa. **Aplicação de multas pela CGM de São Paulo baseadas na Lei Anticorrupção**: análise do processo e sua efetividade. 2019. 77 f. Dissertação (mestrado profissional MPGPP) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2019. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/2315c6d2-9fba-4edf-8ab5-b22ed1a7f252/content . Acesso em: 20 dez. 2023.

PETEAN, Fabiano Augusto. **Os efeitos das sanções da lei anticorrupção na defesa da livre concorrência**. 2019. 376 f. Tese (Doutorado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em: https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/302f3371-5a84-4ac3-ace6-9c93c19fa0de/content . Acesso em: 22 dez. 2023.

PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. **Há um sistema brasileiro administrativo de combate à corrupção?** inovações, avanços e retrocessos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). 2019. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-20082020-175435/pt-br.php . Acesso em: 23 dez. 2023.

RIBEIRO, Julia Lavigne. **O acordo de leniência da lei anticorrupção e a descoordenação institucional**. 2019. 99 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. 2019. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/609b18d9-ace5-49e5-bb45-79ca45246ccb/full . Acesso em: 20 dez. 2023.

SPERCEL, Thiago Augusto. **Lei Anticorrupção e direito empresarial**: responsabilidade de pessoas jurídicas por atos de corrupção e repressão à corrupção em grupos empresariais. 2020. 322 f. Tese (Doutorado em Direito Comercial) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2132/tde-22032021-161023/publico/2214180_Tese_Original.pdf . Acesso em: 20 dez. 2023.

POLILLO, Renato Romero. **A responsabilidade civil na Lei Anticorrupção**. 2019. Tese (Doutorado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-13082020-231643/pt-br.php . Acesso em: 23 dez. 2023.

TERRÃO, Aline Mello. **A transposição do acordo de leniência à lei anticorrupção:** uma análise da adequação do instituto aos seus fundamentos com base nos conceitos microjurídicos de corrupção previstos no art. 5º da lei no 12.846/2013, 2023. 121 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/53481/1/20230210_Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Aline_Vers%c3%a3o%20Final.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

VIANNA, Natasha Ribeiro. **A desconsideração da personalidade jurídica na Lei Anticorrupção Empresarial**. 2019. Tese (Doutorado em Direito Comercial) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2132/tde-08092020-010035/pt-br.php . Acesso em: 22 dez. 2023.